

Andrea Calabi, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo

No Projeto de Lei Orçamentária enviado à Assembleia Legislativa, o governo do Estado de São Paulo estima uma taxa de crescimento do PIB brasileiro de 3,5 % para o próximo ano. Para o mesmo período o relatório Focus projeta uma taxa de crescimento de 4,0%. Nossa expectativa, portanto, encontra-se um pouco aquém das expectativas do mercado. Por outro lado, estamos 1% além da taxa de crescimento do PIB estimada em 2012, que deverá ser algo em torno de 1,5%, e isto somente porque no último trimestre estamos crescendo a taxas bem maiores aos demais trimestres por conta de uma recuperação da atividade industrial.



Andrea Calabi

Desta forma, estamos na metade do caminho entre as expectativas daqueles que acreditam que 2013 será um espelho de 2012 e dos que acreditam em taxas de expansão do PIB da ordem de 4%. Quais são as razões do meu "otimismo moderado"?

Em 2012, o crescimento do PIB terá uma modesta taxa (as previsões do Banco Central estão em torno de 1,6%) - a indústria permanece estagnada, a despeito do crescimento expressivo do consumo das famílias. No entanto, para 2013, eu acredito que o desempenho da indústria será melhor. Essa expectativa deve-se em parte à observação de alguns indicadores-chaves: i) queda no nível de estoques da indústria, ii) aumento do número de contratações do setor e iii) aumento dessazonalizado dos níveis de produção industrial. Esta expansão se propaga de forma relativamente homogênea pelos vários segmentos da indústria que apresenta um crescimento consistente do setor de bens duráveis, não-duráveis, semi-duráveis e dos bens intermediários. A única exceção tem sido o segmento da indústria de bens de capital, único segmento cujas taxas de crescimento ainda seguem deprimidas.

No entanto, ainda há algumas incertezas em relação à sustentabilidade da trajetória da economia para 2013. O recrudescimento da inflação devido à elevação do preço dos alimentos e dos bens não comercializáveis e os aumentos salariais acima dos ganhos de produtividade da economia não estão fora do

campo de possibilidades para 2013. Eles podem forçar o Banco Central a limitar a trajetória de queda da taxa de juros, freando a expansão do crédito e do consumo, instigando uma apreciação cambial e limitando as intenções de investimento da indústria. Adicionalmente, ainda que o consumo não arrefeça, resta saber se a indústria irá absorver o aumento de demanda das famílias ou se as importações continuarão a supri-las de forma crescente.

Em segundo lugar, acredito que deverá haver alguma expansão da taxa de investimento da economia puxada pelos projetos do governo em todos os seus níveis. No caso de São Paulo, o governo estadual tem uma previsão de investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões.

A política econômica parece apontar para a direção correta quando diminui os juros, reduz o custo dos encargos trabalhistas e adota uma política de compras governamentais favorável ao produto nacional. Por outro lado, as incertezas do ambiente regulatório e a dificuldade do governo federal em executar as grandes obras de infraestrutura necessárias à redução dos custos de logística e transportes podem ser entraves à decisão empresarial na hora de investir.

Quanto ao cenário internacional, estamos imersos em incertezas sobre a trajetória da economia americana, que ainda apresenta níveis de desemprego elevados, política monetária de resultados modestos e crescente trajetória de endividamento. O único sinal alentador recente sobre a economia dos EUA veio da elevação dos índices de consumo, mas ainda é muito cedo para esperarmos uma melhora consistente neste indicador. Essas são nossas razões para um otimismo contido para 2013.

Especificamente no que se refere ao contexto do setor têxtil, atento as dificuldades competitivas dos empresários, o governo paulista reduziu de 18% para 7% o ICMS incidente sobre os produtos têxteis fabricados no Estado. É uma forma de reduzir o custo de capital de giro do produtor paulista e reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.

Infelizmente, nos encontramos em um cenário de disputa entre os entes da federação por meio da distribuição de benefícios fiscais ilegais, sem aval do Confaz, que é o fórum que reúne todos os secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. No entanto, a guerra fiscal é ruim para todos. É ruim, sobretudo, para a sociedade, porque a insegurança jurídica adia ou cancela grandes investimentos da iniciativa privada, e isso traz dificuldades na nossa capacidade de crescer e de gerar emprego e renda.

No caso específico do setor, a guerra fiscal está favorecendo a importação de produtos têxteis da China, país com custos de produção bem abaixo do Brasil e por isso tem produtos bastante

competitivos no mercado nacional. Isso pode levar a uma quebra do setor têxtil brasileiro e, por consequência, uma diminuição do volume de emprego industrial.

A própria Constituição já prevê uma resposta a esse dilema. O Governo Federal tem a responsabilidade de prover o desenvolvimento regional, para reduzir as desigualdades socioeconômicas. Assim, há uma demanda do papel da União na coordenação desse tema e os Estados estão dispostos e, certamente, desejosos para encontrar uma solução que traga benefícios a todo o país. Nós sabemos que a Guerra Fiscal não promove essa redução de desigualdades. Existem várias formas de se promover esse desenvolvimento e estamos vendo uma movimentação do Ministério da Fazenda nesse sentido. Há uma proposta em estudo para unificar as alíquotas de ICMS e também avalia-se a criação de fundos para fazer a compensação dos Estados que perderem receita.